

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	XVII
NOTAS À 3ª EDIÇÃO .....	XXIII
NOTAS À 2ª EDIÇÃO .....	XXV
INTRODUÇÃO.....	XXIX

## CAPÍTULO 1

### CONHECIMENTO, VERDADE E DIREITO

1.1 A questão do conhecimento .....	1
1.1.1 Conhecimento e linguagem.....	3
1.2 “Saber de”, “saber como” e “saber que” .....	7
1.3 Conhecimento e sistema de referência .....	8
1.4 O “saber que” e sua relação com a verdade, crença e justificação .....	10
1.5 Breves considerações sobre a verdade .....	11
1.5.1 Verdade por correspondência.....	12
1.5.2 Fenomenalismo .....	13
1.5.3 Verdade por coerência .....	14
1.5.4 Verdade por consenso .....	14

1.5.5 Verdade pragmática.....	15
1.6 O significado do vocábulo “verdade” adotado neste trabalho.....	16
1.6.1 Renúncia à ideia de verdade objetiva.....	18
1.6.2 A autossustentação pela linguagem.....	20
1.7 Teoria dos jogos da linguagem e a legitimação pelo procedimento.....	22
1.8 Verdade material e verdade formal: uma disputa sem sentido .....	25
1.9 Verdade e sua relação com o direito .....	28
1.9.1 A fenomenologia da incidência tributária e o necessário quadramento do fato à norma.....	32
1.9.2 Aplicação do direito: forma como se efetiva a incidência tributária.....	34
1.9.3 Distinção entre evento e fato .....	35
1.10 O direito como linguagem criadora da realidade jurídica .....	37
1.11 Verdade e teoria das provas no direito tributário .....	39

## CAPÍTULO 2

### AUTOPOIESE DO SISTEMA DO DIREITO POSITIVO

2.1 Noção de sistema .....	43
2.2 A sociedade como sistema comunicacional.....	44
2.2.1 O subsistema comunicacional do direito .....	46
2.3 O direito na teoria dos sistemas .....	48
2.4 Sistema autopoietico .....	50
2.4.1 Código.....	52
2.4.1.1 Duplo ingresso.....	54
2.4.1.2 Bivalência do código e biestabilidade .....	57

## A PROVA NO DIREITO TRIBUTÁRIO

2.4.2 Programas.....	59
2.5 Forma e função do programa jurídico.....	60
2.6 Processo e autopoiese do sistema jurídico .....	61
2.6.1 Segurança jurídica no sistema autopoietico: rela- cionamento entre sistema jurídico e ambiente..	62
2.7 As provas na teoria autopoietica do direito.....	64
2.8 A prova no sistema comunicacional do direito.....	67

### CAPÍTULO 3

#### NOÇÕES GERAIS SOBRE A PROVA

3.1 Plurissignificação do vocábulo “prova” .....	73
3.2 Acepções do vocábulo “prova” .....	75
3.3 Prova como procedimento e produto.....	78
3.4 A prova no processo de enunciação.....	80
3.5 Prova como fato.....	82
3.6 Caráter normativo da prova.....	84
3.7 Prova como signo.....	85
3.8 Indício, pista, vestígio, marca e sinal.....	88
3.9 Prova como mensagem.....	90
3.10 Prova como relação de implicação entre enunciados lin- guísticos .....	90
3.11 Elemento constitutivo do fato jurídico em sentido estrito	91
3.12 Prova como meio de convencimento.....	91
3.13 Presunções.....	93
3.14 Prova da prova .....	94
3.15 Contraprova.....	95
3.16 Protoprova .....	95
3.17 Prova como demonstração.....	96
3.18 Prova como experiência .....	96

3.19 Prova como competição.....	96
3.20 Prova como providência preliminar.....	97
3.21 Prova como certificação.....	97
3.22 Meios de prova .....	98

## CAPÍTULO 4

### CLASSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE PROVA

4.1 Considerações críticas sobre a “classificação das provas” adotada pela doutrina tradicional.....	101
4.1.1 Prova direta e prova indireta .....	104
4.1.1.1 Crítica à terminologia empregada .....	106
4.1.1.2 A imediatividade em relação à percepção do julgador .....	108
4.1.2 Prova pessoal e real.....	111
4.1.3 Prova testemunhal, documental e material .....	112
4.2 Espécies de meios de prova .....	113
4.3 Confissão .....	115
4.3.1 Depoimento pessoal .....	120
4.3.2 Confissão em matéria tributária.....	120
4.4 Documento.....	128
4.4.1 Espécies de documentos.....	130
4.4.2 O documento no direito tributário.....	131
4.4.3 O documento na era da informática .....	134
4.4.3.1 Emprego da prova em meio eletrônico na esfera tributária.....	135
4.4.4 Atos processados em juízo.....	136
4.4.4.1 “Prova emprestada” em matéria tributária	138
4.5 Depoimento testemunhal .....	142

X

## A PROVA NO DIREITO TRIBUTÁRIO

4.5.1 O depoimento testemunhal no âmbito tributário	144
4.6 Exame pericial.....	145
4.6.1 Perícia em matéria tributária .....	147
4.7 Presunção.....	150
4.7.1 Classificação das presunções .....	155
4.7.2 Indícios e suas espécies .....	158
4.7.3 Limites ao emprego de presunções em matéria tributária .....	160
4.8 Prova obtida por meio ilícito.....	166
4.8.1 Vedação, no âmbito tributário, de prova ilícitamente produzida .....	169

### **CAPÍTULO 5**

#### **MORFOLOGIA DA PROVA**

5.1 Noções sobre a morfologia da prova.....	175
5.2 Objeto da prova .....	176
5.2.1 Fatos determinados .....	179
5.2.1.1 Limites ontológicos da possibilidade.....	181
5.2.2 Fatos relevantes.....	183
5.2.2.1 Fato pertinente e concludente .....	185
5.2.3 Fatos controversos .....	186
5.2.4 Fatos notórios .....	188
5.2.5 Fatos negativos .....	190
5.2.6 A prova nas hipóteses de presunção .....	193
5.2.7 Prova do direito.....	194
5.3 Conteúdo da prova .....	195
5.4 A forma da prova .....	196

5.5	Função da prova.....	199
5.6	Finalidade da prova.....	201

## **CAPÍTULO 6**

### **DINÂMICA DA PROVA**

6.1	O ato de provar.....	203
6.1.1	Atos de consciência .....	205
6.1.2	Sintaxe interna do procedimento probatório ....	206
6.1.3	Metaprocedimento organizacional das provas ..	211
6.2	Fonte da prova.....	212
6.3	Procedimento probatório .....	216
6.3.1	Tempo da prova.....	216
6.3.1.1	Momento da produção probatória no processo administrativo tributário.....	222
6.3.1.2	Exame de caso: CPMF, Leis ns. 9.311/96 e 10.174/01, Lei Complementar n. 105/01 – aspecto temporal da norma de procedimento probatório .....	226
6.3.2	Lugar da prova: noções gerais e sua identificação no processo administrativo tributário .....	235
6.3.3	Sujeitos da prova no direito processual civil.....	237
6.3.3.1	Os sujeitos da prova no processo administrativo tributário.....	239
6.4	Prova é tema de direito material ou de direito processual?.	241
6.5	Princípios que orientam a produção da prova no processo administrativo tributário.....	244
6.5.1	Princípio dispositivo X princípio inquisitório....	245
6.5.1.1	Controle de legalidade e processo administrativo tributário: adoção do princípio inquisitório .....	247

## A PROVA NO DIREITO TRIBUTÁRIO

6.5.2	Princípio do devido processo legal .....	249
6.5.2.1	Princípio da ampla defesa .....	251
6.5.2.2	Princípio do contraditório .....	252
6.5.2.3	Princípio da publicidade.....	253
6.5.3	Princípio da proibição da prova obtida ilicitamente .....	254
6.5.4	Princípio da imediatidade .....	254
6.6	Ônus da prova .....	255
6.6.1	Função e estrutura do ônus da prova .....	258
6.6.2	O ônus da prova no processo comunicativo .....	259
6.6.3	Distribuição do ônus da prova.....	261
6.6.4	Inversão do ônus da prova .....	265
6.6.4.1	Convenção das partes relativa à distribuição do ônus da prova .....	265
6.6.5	“Ônus” da prova no direito tributário .....	267
6.6.5.1	Presunção de legitimidade dos atos administrativos e o “ônus” da prova em matéria tributária .....	271
6.6.5.2	O “ônus” da prova em face de presunções legais .....	272

## CAPÍTULO 7

### AXIOLOGIA DAS PROVAS

7.1	Ato decisório e axiologia das provas.....	277
7.2	Breves noções sobre a axiologia do direito .....	278
7.3	Teoria dos atos de fala e a decisão do julgador .....	283
7.4	CrITÉRIOS de avaliação das provas.....	286
7.4.1	Princípios que orientam a apreciação probatória.	289

7.5 Hierarquia das provas.....	292
7.5.1 Hierarquia axiológica das provas.....	294
7.6 A produção probatória e os efeitos na convicção do julgador .....	295
7.6.1 Influência dos valores na apreciação das provas	298
7.6.2 Máximas de experiência .....	299
7.7 A atividade do julgador.....	301
7.8 Momento da atividade valorativa da prova.....	303
7.9 Teoria da decisão jurídica.....	304
7.9.1 A prova como suporte para a tomada de decisão	306

## **CAPÍTULO 8**

### **A PROVA NO PROCEDIMENTO E NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

8.1 Procedimento e processo administrativo fiscal no ciclo de positivação do direito.....	311
8.1.1 Distinção entre procedimento e processo: a figura do processo administrativo tributário.....	312
8.2 Definição do conceito de lançamento tributário .....	316
8.2.1 A ambiguidade procedimento/produto.....	318
8.2.2 Lançamento tributário e auto de infração.....	320
8.3 Ato administrativo .....	322
8.3.1 Estrutura do ato administrativo: pressupostos e elementos .....	324
8.3.1.1 Motivo, motivação e a linguagem das provas.....	327
8.4 As provas como meio de atingir a verdade lógica: sua importância no âmbito da imposição tributária .....	328



## A PROVA NO DIREITO TRIBUTÁRIO

8.4.1	Consequência da falta de prova no lançamento ou no ato de aplicação de penalidade.....	331
8.5	A produção de prova pela Administração .....	334
8.5.1	Dever e não ônus da prova.....	336
8.5.2	Limites ao emprego de presunções pela Administração .....	337
8.5.3	O ônus da prova para a atribuição de responsabilidade tributária aos administradores.....	339
8.5.4	Arbitramento .....	341
8.5.4.1	Dever de colaboração do contribuinte ...	343
8.5.4.2	Requisitos para a realização de arbitramento .....	345
8.6	Desconsideração de negócios jurídicos.....	348
8.7	Contencioso administrativo tributário.....	353
8.7.1	Fases do processo administrativo tributário .....	354
8.7.2	Instrução probatória no processo administrativo tributário.....	355
8.8	Ato decisório e axiologia das provas no processo administrativo tributário .....	357
	CONCLUSÕES .....	359
	BIBLIOGRAFIA.....	381